

Objeto: Orientação e apoio técnicos às ações municipais de regularização de parcelamento do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, assim definidas por legislação municipal.

RECURSOS FINANCEIROS: não contempla repasse
ASSINATURA: 21-06-2012
PRORROGAÇÃO: 12(doze) meses com vigência até 20-06-2016

Despacho GS CL de Autorização 074/2015 de 06-07-2015
Resumo: À vista dos elementos constantes do presente, em especial o Parecer CJ/SH 358/2015 (fls.183 a 186/186v.) e as manifestações do Secretário Executivo do Programa Cidade Legal (fls.180 e 181/181v.e 191/191v.), AUTORIZO, com fundamento no art.12 do Decreto 52.052 de 13-08-2007, o aditamento do Convênio celebrado com o Município de Santa Barbara D'Oeste, para o fim de alterar o prazo de sua vigência e respectivo plano de trabalho, de acordo com os elementos em epígrafe.

# Meio Ambiente

#### GABINETE DA SECRETÁRIA

**Resolução Conjunta SMA/SAA 01, de 13-07-2015**

*Altera o artigo 3º da Resolução Conjunta SMA/ SAA 01, de 13-06-2008, que constitui o Grupo Executivo para o acompanhamento do Protocolo de Cooperação que estabelece ações destinadas a consolidar o desenvolvimento sustentável dos plantadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e dá outras providências*

Os Secretários de Estado do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento, no uso de suas atribuições legais, RESOLVEM:

Artigo 1º - O artigo 3º da Resolução Conjunta SMA/SAA 01, de 13-06-2008, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 3º - O Grupo Executivo será composto por:
I - Pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente:
Titular: Araci Kamiyama, portadora do RG 16.932.148-4;
Suplente: Carolina Roberta Alves de Matos, portadora do RG 32.354.455-1;
II - Pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abasteci-mento:
Titular: José Luiz Fontes, portador do RG 10.969.378-4;
Suplente: Katia Nachiluk, portadora do RG 20.433.116-X;
III - Pela Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil - ORPLANA:
Titular: Geraldo Majela de Andrade Silva, portador do RG 47.331.417;
Suplente: Juliano Bortoloti, portador do RG 23.212.354-4."
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando, para todos os fins, a Resolução Conjunta SMA/SAA 02, de 31-01-2014.
(Processos SMA 119/2008 e SAA 596/2008)

**Resolução SMA 49, de 17-07-2015**

*Disponibiliza o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, instituído pela Resolução SMA 32, de 03-04-2014, e dá provi-dências correlatas*

A Secretária de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Artigo 1º - O Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, instituído pelo artigo 7º da Resolução SMA 32, de 03-04-2014, está disponível para acesso público e gratuito no portal eletrônico do Sistema Ambiental Paulista, endereço: www. ambiente.sp.gov.br/sare

Artigo 2º - Conforme previsto na Resolução SMA 32, de 03-04-2014, os Projetos de Restauração Ecológica serão formalizados mediante seu cadastramento no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE.

Artigo 3º - Os restauradores que tenham apresentado Proje-tos de Restauração Ecológica posteriormente a 03-04-2014 são responsáveis por inserir as respectivas informações no Sistema informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, conforme disposto no parágrafo único do artigo 27 da Resolução SMA 32, de 03-04-2014.

Artigo 4º - Com o acesso eletrônico ao Sistema Informatiza-do de Apoio à Restauração Ecológica - SARE não mais estarão disponíveis os formulários próprios indicados no caput do artigo 27 da Resolução SMA 32, de 03-04-2014.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Processo SMA 6.571/2015)

**Apostila da Secretária, de 17-07-2015**

Apostilamento do Contrato 10/2014/FPBRN

Reajuste

Diante da edição do Decreto 59.327, de 28-06-2013, que trata do combate ao desperdício e otimização do gasto público, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa CANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, foi convida-da a negociar o reajuste contratual.

Por troca de mensagens eletrônicas com a Empresa, a mesma informa que não há possibilidade de reajustar os preços com índice inferior ao IPC-FIPE (7,21%), exceto quando o valor reajustado do item ultrapassa aquele do caderno 14 - CADTERC, quando deverá ser aplicado o valor deste último.

Assim sendo, no uso de minhas atribuições legais, nota-damente a previsão do artigo 73, do Decreto 57.933/12 e nos termos do parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993 e do parágrafo 8º do artigo 62 da Lei Estadual 6.544/19899 AUTORIZO o reajuste de preços referente à prestação de ser-viços de impressão e reprografia, por meio de disponibilidade de impressoras, instalação de software de gerenciamento, inventário, contabilização e devida manutenção e fornecimento de suprimentos e grampo, exceto papel, destinados à impressõ, e reprografia de documentos, incluindo, ainda, a alocação de um posto de serviço de operação e gerenciamento dos equipamen-tos, exclusivamente nas dependências da Sede da Secretaria do Meio Ambiente, conforme demonstrativo de cálculo à (fl. 214), Contrato 10/2014/FPBRN, Processo SMA 4130/2014,

AUTORIZO também a realização da despesa calculada em R\$ 3.440,04, valor necessário para suprir as parcelas mensais reajustadas.

**Apostila da Secretária, de 17-07-2015**

Apostilamento do Contrato 03/2013/GS

Reajuste

Diante da edição do Decreto 59.327, de 28-06-2013, que trata do combate ao desperdício e otimização do gasto público, visando a redução do custo administrativo do Estado, a empresa PLM - Locadora de Veículos Ltda-EPP, foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada mensagem eletrônica da empresa à fl. 253.

A referida negociação resultou na aplicação do índice 6,21% (seis inteiros e vinte e um centésimos), em substituição no índice apurado no período pela variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,21% (sete inteiros e vinte e um centésimos).

Assim sendo, no uso de minhas atribuições legais, nota-damente a previsão do artigo 73, do Decreto 57.933/12 e nos termos do parágrafo 8º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993 e do parágrafo 8º do artigo 62 da Lei Estadual 6.544/19899 AUTORIZO o reajuste de preços referente ao processo de con-tratação de empresa para locação de 04 veículos elétricos para transporte de pessoas e cargas, sendo 02 para o Parque Gabriel

Chucre - Lagoa de Carapicuíba e 02 para o Parque da Juventude, conforme demonstrativo de cálculo à fl. 255, Contrato 03/2013/ GS, Processo SMA 13.566/2012.

AUTORIZO também a realização da despesa calculada em R\$ 3.544,26, valor necessário para suprir as parcelas mensais reajustadas.

**Despacho do Chefe de Gabinete, de 17-07-2015**

Considerando os elementos constantes nos presentes autos, no uso de minhas atribuições legais e nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, c.c. o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, RATIFICO a íntegra da instrução processual e a Inexigibilidade de Licitação, reconhecida pelo Coordenador da Coordenadoria de Administração em favor da Premier Treinamentos e Comércio Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda-ME, com fundamento no “caput” do artigo 25 da Legislação Federal de Licitações e Con-tratos, referente às inscrições para participação de funcionários no Curso de “Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços na Administração Pública”.
(Processo SMA: 5.928/2015)

#### COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

#### DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

#### CENTRO TÉCNICO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO II - ARAÇATUBA

**Comunicado**

Resultado de Julgamento 1º Instância

O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba - CTRF-2, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, faz publicar a relação de Autos de Infração Ambiental, dos resultados das decisões sobre os recursos julgados em primeira instância, cujos autuados não foram localizados para entrega da notificação via Correios e/ou Polícia Militar Ambiental. O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba está localizado na Rua Tenente Alcides Teodoro dos Santos 260, Bairro Aviação, CEP 16055-557, Araçatuba-SP. Em caso de comparecimento, agendar pelo telefone (18) 3607-0550.

Auto de Infração Ambiental 298401/2013

Autuado: Paulo César Simões

CPF: 298.093.228-01

Município: Jales

Recurso: 1º Instância

Resultado: Informamos que o recurso em 1º Instância, interposto contra o Auto de Infração Ambiental foi julgado, deliberando-se pela minoração em 30 % do valor da multa nos termos do artigo 91, parágrafo único da Resolução SMA 32/10. Sendo assim, com o benefício concedido, o valor da multa totaliza R\$ 5.880,00.

No entanto, de acordo com o artigo 79 da Resolução SMA 32/10 este montante será ainda reduzido em mais 40% mediante adoção de medidas de reparação do dano ambiental/ regularização da atividade.

Para beneficiar-se deste desconto sobre o valor minorado da multa, é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFA, no endereço acima indicado, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de recebimento desta notificação, para que seja emitida a guia de arrecadação para pagamento de R\$ 3.528,00 e adotados os procedimentos necessários à resolução das ir-regularidades objeto da presente autuação.

O prazo para interposição de recurso em 2º Instância é de 20 dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado em qualquer Unidade da Polícia Ambien-tal do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFA.

Caso nenhuma das providências citadas seja adotada, o débito será incluído no Sistema de Dívida Ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão.

O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba - CTRF-2, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, faz publicar a relação de Autos de Infração Ambiental cujos autuados não foram localizados para entrega da notificação via Correios e/ ou Polícia Militar Ambiental. O Centro Técnico Regional de Fiscalização de Araçatuba está localizado na Rua Tenente Alcides Teodoro dos Santos 260, Bairro Aviação, CEP 16055-557, Araçatuba-SP. Em caso de comparecimento, agendar pelo telefone (18) 3607-0550.

Auto de Infração Ambiental 240067/2012

Autuado: Derivaldo Pimenta Júnior

CPF: 289.528.888-71

Município: Castilho

Resultado: Informamos que o Auto de Infração Ambiental 240.067/2012 foi revisto por esta Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e deliberou-se pelo Cancelamento do mesmo em todos os seus termos, não restando nenhuma obrigação por parte do autuado.

#### CENTRO TÉCNICO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO III - SANTOS

**Comunicado**

Nos termos do artigo 12 do Decreto Estadual 60.342/2014, segue a relação de Auto de Infração Ambiental avaliado no Atendimento Ambiental.

REPUBLICADO devido conter incorreções na publicação anterior D.O. de 14-07-2015 - Seção I, página 61.

(Multa)

Ponto de Atendimento: 20 - Santos

Auto de Infração Ambiental 313460/2015

Data da Infração: 14/6/2015

Autuado: CRISTINO JESUS DE SOUZA

CPF: 313.382.675-15

Data da Sessão: 8/7/2015

A parte interessada compareceu à Sessão do Atendimento Ambiental: Sim

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental

Valor de multa suspenso até verificação do cumprimento de medidas estabelecidas em Termo de Compromisso de Recupera-ção Ambiental: Não se aplica

Valor consolidado da Multa: R\$ 4.900,00

Forma de recolhimento da multa: Parcela única

Sanções administrativas: Multa simples - Alteração / retifi-cação - Apreensão de bens ou animais - Manutenção

Houve conciliação? Não

Observações: Nos termos do artigo 13 do Decreto Estadual 60.342/2014, fica o autuado ciente do prazo de 20 (vinte) dias corridos para apresentação de defesa.

#### COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS

**Portaria CPU 91, de 17-7-2015**

*Designa representante da Secretaria do Meio Ambiente I Coordenadoria de Parques Urbanos para o acompanhamento da execução do Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário, outorgada em favor da empresa “3US!Brasil Eventos Nacionais e Internacionais Ltda. – EPP” para utilização de área, visan-do à realização do evento “Freestyle Futebol Championship”*

O Coordenador de Parques Urbanos, considerando as dis-posições do Decreto Estadual 60.321, de 01-04-2014 e o que consta do processo SMA 6.448/2015; Decide:

Artigo 1º- Fica designado o Flávio Scavasin, portador do RG 9.185.394-1 SSP/SP, como gestor e representante da Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Parques Urbanos, para o acompanhamento da execução do Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário, de áreas internas do Parque Villa-Lobos, para a realização do evento “Freestyle Futebol Championship”, bem como para todos os contatos e comunicações a ele referentes.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SMA 6.448/2015)

**Portaria CPU 86, de 2-7-2015**

*Designa representante da Secretaria do Meio Ambiente I Coordenadoria de Parques Urbanos para o acompanhamento da execução do Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário, outorgada em favor da empresa “Barra 500 Produção Artística e Cinematográfica Ltda.” para utilização de área, visando à realização do evento “Hasbro Play Doh Mãos à Massa”.*

O Coordenador de Parques Urbanos, considerando as dis-posições do Decreto Estadual 60.321, de 01-04-2014 e o que consta do processo SMA 5.996/2015; Decide:

Artigo 1º- Fica designado o Flávio Scavasin, portador do RG 9.185.394-1 SSP/SP, como gestor e representante da Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Parques Urbanos, para o acompanhamento da execução do Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário, de áreas internas dos Parques Villa-Lobos; para a realização do evento “Hasbro Play Doh Mãos à Massa”, bem como para todos os contatos e comunicações a ele referentes.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SMA 5.996/2015)

**Extrato da Autorização de Uso**

Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precá-rio/2015: Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário que entre si celebram o Estado de São Paulo, atrá-vés de sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e a empresa 3US!Brasil Eventos Nacionais e Internacionais Ltda. – EPP.

Partícipes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a empresa 3US!Brasil Eventos Nacionais e Internacionais Ltda. – EPP.

Objeto: A utilização de área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) na área denominada de “Busto”, Áreas Livres, com Exploração Comercial, definida no mapa em anexo (ANEXO III), no interior do Parque Villa-Lobos, localizado à Avenida Professor Fonseca Rodrigues, 2.001, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, visan-do à realização do evento “Freestyle Futebol Championship”, no dia 18-07-2015, totalizando 01 (hum) dia de ocupação, conforme descrito abaixo:

Vigência: 18-07-2015.

Data da assinatura: 17-07-2015.

(Processo SMA 6.448/2015)

**Extrato da Autorização de Uso**

Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precá-rio/2015: Termo de Autorização de Uso Condicional e Onerosa a Título Precário que entre si celebram o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e a empresa Barra 500 Produção Artística e Cinematográfica Ltda.

Partícipes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a empresa Barra 500 Produção Artística e Cinematográfica Ltda.

Objeto: A utilização de área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) na área denominada de “Gramado Próximo ao Play-ground”, Áreas Livres, com Exploração Comercial, definida no mapa em anexo (ANEXO III), no interior do Parque Villa-Lobos, localizado à Avenida Queiroz Filho, 1.205, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, visando à realização do evento “Hasbro Play Doh Mãos à Massa”, nos dias 18 e 19-07-2015, totalizando 02 (dois) dias de ocupação, conforme descrito abaixo:

Vigência: 18 e 19-07-2015.

Data da assinatura: 02-07-2015.

(Processo SMA 5.996/2015)

## FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Despacho do Diretor Adjunto Administrativo Financeiro, de 15-07-2015**

Dispensa de Licitação art. 24 Inc. II

Processo 61/15

Parecer AJ 108/2015

Interessado: PE INTERVALS

Assunto: AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA

HOMOLOGO O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITA-ÇÃO, a FAVOR DA EMPRESA PIKE COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP - CNPJ 02.503.579/0001-30, NO VALOR TOTAL DE R\$ 4.864,00.

**Despacho do Diretora Executiva, de 15-07-2015**

Atento ao que dos autos consta e de acordo com a Lei Federal de Licitações 8.666/93 e suas alterações, AUTORIZO a Dispensa de Licitação e a Despesa, bem com a emissão de empenho no valor total de R\$ 4.864,00 a favor da empresa PIKE COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP - CNPJ 02.503.579/0001-30.

\*REPUBLICADO POR HAVER INCORREÇÕES

#### COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Comunicado**

Arquivamento IE 018/2015

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SP torna público que a solicitação de Licença Ambiental Prévia do pro-cesso abaixo relacionado foi arquivada considerando o Ofício 473/15/IE de 15-06-2015.

Processo: 114/2014

Interessado: EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A

Empreendimento: IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METRO-POLITANO GUARULHOS - SÃO PAULO - TRECHO VILA ENDRES - TIQUATIRA

Município: SÃO PAULO

**Comunicado**

Arquivamento IE 019/2015

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SP torna público que a solicitação de Licença Ambiental Prévia do pro-cesso abaixo relacionado foi arquivada considerando o Ofício 415/15/IE de 15-06-2015.

Processo: 04/2014

Interessado: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Empreendimento: MELHORIAS E DUPLICAÇÃO DA RODO-VIA ALKINDAR MONTEIRO JUNQUEIRA (SP-063) - TRECHO KM 18+600 AO KM 54+000

Município: ITATIBA

**Comunicado**

Arquivamento IE 020/2015

A CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SP torna público que a solicitação de Licença Ambiental de Instalação do processo abaixo relacionado foi arquivada considerando o Ofício 416/15/IE de 15-06-2015.

Processo: 1.041/2008

Interessado: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Empreendimento: OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO GUACÁ NA SP-098 - RODOVIA DOM PAULO ROLIM LOUREIRO - KM 84+800

Município: BIRITIBA MIRIM

# Procuradoria Geral do Estado

#### GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

**Portarias da Procuradora do Estado Chefe de Gabine-te, de 17-07-2015**

**Cancelando:**

as credenciais de estagiários outorgadas aos estudantes de Direito ISABELA RIBEIRO VAZ ALVES RG. 39.025.808-8, VITORIA RANI DANTAS OLIVEIRA FERRAZ DE MISQUITA, RG. 36.449.189-9, ADRIANO HERON LAGO LETCOOVISK, RG. 38.041.850-2, JOÃO VICTOR VINICIUS DE SOUZA, RG. 34.540.191-8, BRUNA CARVALHO ALMEIDA CALADO, RG. 36.330.433-2, TATIANA FERREIRA SANTIAGO, RG. 39.562.662-6 e GIOVANNA BARROS CORREIA, RG. 38.752.549-X, para exercerem na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso II, do Decreto 56.013, de 15-07-2010.

(Portaria CG-E 300/2015)

a partir de 01-07-2015, em virtude de conclusão de curso, as credenciais de estagiários outorgadas aos estudantes de Direito AMAURI DE LIMA SANTOS, RG. 26.711.444-8, ANNA CAROLINE TAMAIO, RG. 35.134.000-2, EUGÊNIO DE MORAES, RG. 19.890.462-9, ILENI MARIA SALOMÃO MACHADO, RG. 17.053.929-5, JEAN ELIAS DINIZ, RG. 23.808.251-9, JEFERSON DA SILVA MATTOS, RG. 32.111.342-1, LUCIANA SILVA HENRIC-SON, RG. 20.409.433-1, MARIZE DOS SANTOS, RG. 46.806.661-5, MILTON LÚCIO DA SILVA RG. 30.444.722-5, RAFAEL JUSTINIA-NO GRILLO CABRAL, RG. 47.625.405-X, RONALDO VENÂNCIO ARAÚJO, RG. 13.532.160-0 e WALTER ZACARIAS LIMA JUNIOR RG. 26.493.320-4, para exercerem, na Procuradoria Fiscal, ati-vidades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso VII, do Decreto 56.013, de 15-07-2010.

(Portaria CG-E 301/2015)

a partir de 01-07-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito PRISCILA DOS SANTOS CASSANTI, RG. 47.817.646-8, para exercer, na Procuradoria Fiscal, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com funda-mento no artigo 12, inciso III, do Decreto 56.013, de 15-07-2010.

(Portaria CG-E 302/2015)

a pedido, a partir de 13-07-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARIANA APARECIDA MENOI, RG. 40.753.356-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Marília, atividades compatíveis com seus conhecimentos aca-dêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010.

(Portaria CG-E 303/2015)

a partir de 30-06-2015, em virtude de conclusão de curso, as credenciais de estagiários outorgadas aos estudantes de Direito ALAN FEHÉR ZILENOVSK, RG. 37.905.135-7, CAIO SCARAVELLI SIMÕES, RG. 37.098.240-X, CÂNDIDA LOIZA MARCOLINO DAN-TAS, RG. 2.648.386, DIEGO MARTINS GOMES, RG. 35.701.050-4, EDUARDO GAVA POMPEU DE TOLEDO, RG. 43.866.882-0, ELISA CERENA CARVALHO, RG. 44.781.752-8, EMELÍCIO DAMASCENO, RG. 28.970.074-7, FABIANA RODRIGUES, RG. 34.305.781-5, FÁBIO VICENTE DE PAULA, RG. 35.235.775-7, JOÃO MARCOS BRITO BARBOSA DA SILVEIRA, RG. 48.093.632-8, JOYCE BRUNA SALES DA SILVA, RG. 47.319.714-5, MANOEL SEBASTIÃO DE SOUZA JUNIOR, RG. 28.167.330-5, NÚBIA LOPES DA SILVA, RG. 34.483.045-7, RICARDO MARINHO PEREIRA, RG. 26.845.354-8, TAMARA CRISTINA DE OLIVEIRA FERNANDES, RG. 43.661.707-9 e WOLFGANG APARECIDO LEY, RG. 10.480.261-3 para exerce-rem, na Procuradoria Judicial, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso VII, do Decreto 56.013, de 15-07-2010.

(Portaria CG-E 304/2015)

**Credenciando,** como estagiários, para exercerem, na Pro-curadoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, os estudantes de Direito FRANCINALDO DOS SANTOS SILVA RG. 34.712.964-X, YAGO FUNCHAL DE GODOY, RG. 37.663.740-7, SHIRLEY RIBEIRO DA SILVA, RG. 27.522.627-X, KAREN ARAGÃO MARINHO NAS-CIMENTO, RG. 45.984.781-8 e LUCAS LEONARDO QUIRINO RODRIGUES, RG. 38.900.196-X, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE 12, de 18-06-2014, à bolsa de 37,4532% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar 724, de 15-07-1993, de conformidade com o artigo 9º do Decreto 56.013, de 15-07-2010, correndo a despesa no atual exercício, pelo elemento 339036-13 - Programa do Trabalho 03.092.4001.5843.0000 à conta Código Local 400110 (Procuradoria Regional da Grande são Paulo) do orçamento vigente.

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Retificação do D.O. de 07-07-2015**

Na pág. 65 - Processo GDOC 16831-786462/2009, ref. ao Termo de Rescisão.

Onde se lê: 17-07-2015

Leia-se: 01-07-2015

#### CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**Comunicado**

Extrato da Ata da 18ª Sessão Ordinária-Biênio 2015/2016

Data da Realização: 17-07-2015

Processo: 18577-0401536/2013 (apenso 18577-907333/2011)

Interessada: Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Sindicância Administrativa

Relator: Conselheiro Adalberto Robert Alves

Retirado de pauta para reinclusão na pauta da 19ª sessão ordinária (24/07/2015)

#### CENTRO DE ESTUDOS

**Comunicado**

O Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, dando cumprimento ao decidido pelo Procurador Geral do Esta-do no processo PGE/CE. 17040-534677/2015 (Resolução PGE. 9, de 30-05-2014), comunica que foram deferidos ou deferidos parcialmente conforme quadro abaixo, os pedidos de ajuda financeira do programa Pro-Hardware referente ao mês de maio de 2015 (Notas Fiscais recebidas em junho de 2015), e que, a seguir, será efetuado o depósito nas contas correntes respectivas dos Procuradores do Estado:

PROCURADOR	VALOR DO REEMBOLSO
Glislaene Placa Lopes	R\$ 3.380,70
Giulia Dandara Pinheiro Martins	R\$ 2.714,15
Ivaniria Pancheri	R\$ 929,00
Juan Francisco Carpenter	R\$ 3.606,89
Lygia Helena Carramenha Bruce	R\$ 2.975,83
Miguel Francisco Urbano Nagib	R\$ 2.650,51
Rosely Sucena Pastore	R\$ 4.000,00